



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Assembleia Geral Extraordinária de 13.2.2017 aprovou o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações firmado entre o Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões) e o Banco Losango. Essa operação visa promover a reorganização societária para converter o Banco Losango em subsidiária integral do Bradesco Cartões, promovendo sua alocação no segmento de cartões, meios de pagamento e crédito ao consumidor.

Em 20 de outubro de 2017, a Bradesco Cartões, aumentou capital social no Banco Losango, no valor de R\$ 1.280.000 mil, mediante a emissão de 4.821.839 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

No exercício de 2017 o Banco Losango registrou um lucro líquido no montante de R\$ 73.163 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.487.231 mil e Ativos Totais de R\$ 3.716.760 mil.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	3.001.400	2.890.902	CIRCULANTE	1.728.404	2.245.704
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	7.292	31.163	DEPÓSITOS (Nota 12a)	1.145.574	1.626.178
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	597.384	72.689	Depósitos à Vista	19.755	17.450
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	597.384	72.689	Depósitos Interfinanceiros	1.125.819	1.608.728
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	224.915	249.178
DERIVATIVOS	29.122	22.719	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	224.915	249.178
Carteira Própria	28.835	21.706	OUTRAS OBRIGAÇÕES	357.915	370.348
Vinculados à Prestação de Garantias	287	1.013	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.520	2.506
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.906	11.503	Sociais e Estatutárias	-	365
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	1.227.077	1.470.699	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	11.001	11.724
Operações de Crédito - Setor Privado	1.845.354	2.393.278	Diversas (Nota 13b)	345.394	355.753
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(618.277)	(922.579)			
OUTROS CRÉDITOS	1.120.422	1.267.276	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	501.125	1.578.599
Rendças a Receber	880	-	DEPÓSITOS (Nota 12a)	18.203	1.038.631
Diversos (Nota 8)	1.169.272	1.367.471	Depósitos Interfinanceiros	18.203	1.038.631
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.730)	(100.195)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	482.922	539.968
OUTROS VALORES E BENS	11.197	14.853	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	3.032	-
Despesas Antecipadas	11.197	14.853	Diversas (Nota 13b)	479.890	539.968
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	706.388	1.056.251	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	1.487.231	133.660
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	13.987	40.917	Capital:		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.987	40.917	Capital Social - De Domiciliados no País	1.761.996	481.996
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Reservas de Capital	1.158	1.158
DERIVATIVOS	4.862	128.911	Ajustes de Avaliação Patrimonial	280	(128)
Carteira Própria	3.282	6.852	Prejuízos Acumulados	(276.203)	(349.366)
Vinculado ao Banco Central	-	120.363			
Vinculados à Prestação de Garantias	1.580	1.696			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	124.753	130.374			
Operações de Crédito - Setor Privado	237.466	160.734			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(112.713)	(30.360)			
OUTROS CRÉDITOS	562.786	756.049			
Diversos (Nota 8)	564.510	759.329			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.724)	(3.280)			
PERMANENTE	8.972	10.810			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	8.225	9.530			
Imóveis de Uso	1.571	1.571			
Outras Imobilizações de Uso	14.381	14.977			
Depreciações Acumuladas	(7.727)	(7.018)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	747	1.280			
Ativos Intangíveis	461.730	493.710			
Amortização Acumulada	(460.983)	(492.430)			
TOTAL	3.716.760	3.957.963	TOTAL	3.716.760	3.957.963

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	656.629	1.489.135	1.489.135	1.707.936
Operações de Crédito	643.127	1.467.777	1.467.777	1.681.662
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	13.502	21.358	21.358	26.274
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(339.874)	(935.182)	(935.182)	(1.616.547)
Operações de Captações no Mercado (Nota 21a)	(73.301)	(204.370)	(204.370)	(364.480)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	(266.573)	(730.812)	(730.812)	(1.252.067)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	316.755	553.953	553.953	91.389
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(239.455)	(434.098)	(434.098)	(880.725)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	109.425	202.355	202.355	180.942
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(100.870)	(177.598)	(177.598)	(226.153)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(143.880)	(290.562)	(290.562)	(435.182)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(43.763)	(82.177)	(82.177)	(93.050)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	70.274	143.116	143.116	229.805
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(130.641)	(229.232)	(229.232)	(537.087)
RESULTADO OPERACIONAL	77.300	119.855	119.855	(789.336)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	39	(20)	(20)	1.287
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	77.339	119.835	119.835	(788.049)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(21.339)	(46.672)	(46.672)	306.251
Imposto de Renda	(1.488)	(3.244)	(3.244)	(1.452)
Contribuição Social	(1.540)	(2.596)	(2.596)	(1.162)
Ativo Fiscal Diferido	(18.311)	(40.832)	(40.832)	308.865
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO	56.000	73.163	73.163	(481.798)
Número de ações (Nota 14b)	4.889.346	4.889.346	4.889.346	67.507
Lucro/(Prejuízo) por ação em R\$	11,45	14,96	14,96	(7.137,01)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro/Prejuízo Acumulado	Totais
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 30.6.2017	481.996	1.158	-	-	(150)	(332.204)	150.800
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	403	-	403
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	27	-	27
Aumento de Capital por subscrição (Nota 14b)	1.280.000	-	-	-	-	-	1.280.000
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	56.001	56.001
Saldos em 31.12.2017	1.761.996	1.158	-	-	280	(276.203)	1.487.231
Saldos em 31.12.2015	361.996	1.158	71.584	60.865	735	-	496.338
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	(928)	-	(928)
Prescrição de Dividendos	-	-	-	2	-	-	2
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	65	(19)	46
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	-	(481.798)	(481.798)
Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízo	-	-	(71.584)	(60.867)	-	132.451	-
Aumento de Capital	120.000	-	-	-	-	-	120.000
Saldos em 31.12.2016	481.996	1.158	-	-	(128)	(349.366)	133.660
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	403	-	403
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5	-	5
Aumento de Capital por subscrição (Nota 14b)	1.280.000	-	-	-	-	-	1.280.000
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	73.163	73.163
Saldos em 31.12.2017	1.761.996	1.158	-	-	280	(276.203)	1.487.231

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2017	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	77.340	119.835	(788.049)	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:				
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	266.573	730.812	1.252.067	
Provisão para passivos contingentes	29.165	25.799	79.627	
Baixa por Impairment.....	-	-	270.388	
Depreciações e Amortizações	1.022	2.293	18.439	
Outros	-	-	672	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	374.101	878.740	833.144	
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(488.808)	(442.533)	204.477	
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(679)	(2.578)	(143.116)	
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(25.102)	(21.666)	675	
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(248.699)	(519.432)	(940.203)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	143.084	338.513	5.297	
Aumento/(Redução) em Depósitos	(975.712)	(1.501.031)	16.367	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(6.898)	(98.327)	(89.076)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(354)	(354)	(4.025)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(1.229.067)	(1.368.667)	(116.460)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Títulos Disponíveis para Venda	674	120.483	-	
Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	15	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(96)	(104)	(2.280)	
Aquisição de Intangível.....	(2)	(350)	(809)	
Baixa de Intangível	-	-	1.003	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	576	120.029	(2.071)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Aumento de Capital em Espécie.....	1.280.000	1.280.000	120.000	
Dividendos Pagos.....	-	-	(5)	
Outros Ajustes	-	-	(947)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	1.280.000	1.280.000	119.048	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	51.509	31.361	517	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período.....	24.801	44.949	44.432	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período	76.310	76.310	44.949	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	51.509	31.361	517	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Banco Losango" ou "Instituição"), está autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, investimento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Losango, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente aqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

A partir de 01 de julho de 2016, com a conclusão da aquisição das operações do HSBC no Brasil, o Banco Losango passou a fazer parte da Organização Bradesco, com a mudança do controlador para o Banco Bradesco S.A. A Assembleia Geral Extraordinária de 13.2.2017 aprovou o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações firmado entre a Bradesco Cartões e o Banco Losango. Essa operação visou promover a reorganização societária para converter o Banco Losango em subsidiária integral do Banco Bradesco Cartões, promovendo sua alocação no segmento de cartões, meios de pagamento e crédito ao consumidor.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco Losango evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura legislativa vigente.

econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

• Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida

São registradas e amortizadas, quando aplicável, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e

• Software

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

k) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, o Banco Losango constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 22.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais: Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentado na Nota 11.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (3)	2017					2016				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação (2)	7.764	1.945	429	14.313	24.451	24.451	-	21.615	-	
Letras financeiras do tesouro	7.764	1.945	429	13.765	23.903	23.903	-	19.998	-	
Letras financeiras	-	-	-	548	548	548	-	1.362	-	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	255	-	
Títulos disponíveis para venda	125	4.550	4.858	-	9.533	9.417	116	130.015	151	
Letras financeiras do tesouro	-	4.550	4.858	-	9.408	9.412	(4)	139.924	65	
Ações de companhias abertas	125	-	-	-	125	5	120	91	86	
Total em 2017	7.889	6.495	5.287	14.313	33.984	33.868	116	-	-	
Total em 2016	12.387	529	2.344	136.370	-	-	-	151.630	151	

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Do total aplicado no encerramento do exercício R\$ 24.451 mil eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

Segue abaixo a composição do resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos de renda fixa	15.532	24.238
Outros	2.990	1.421
Total	2.836	615
Total	21.358	26.274

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

7) CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

	Curso normal							2017		2016	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(A)	%	(A)	%	
								Total	%	Total	%
Empréstimos e títulos descontados	87.962	28.094	25.312	60.003	92.425	162.971	456.767	21,0	379.647	15,0	
Financiamentos	135.447	103.822	93.217	220.595	237.971	51.365	842.417	38,6	1.009.932	40,1	
Subtotal	223.409	131.916	118.529	280.598	330.396	214.336	1.299.184	59,6	1.389.579	55,1	
Outros créditos (1)	407.912	117.259	85.913	157.965	88.472	22.662	880.183	40,4	1.130.514	44,9	
Total em 2017	631.321	249.175	204.442	438.563	418.868	236.998	2.179.367	100,0	-	-	
Total em 2016	765.063	306.681	248.999	535.338	491.464	172.548	-	-	2.520.093	100,0	

	Curso anual							2017		2016	
	Parcelas vencidas			91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)		%	(B)	%	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	dias	dias						
Empréstimos e títulos descontados	22.880	22.032	24.005	61.734	124.979	255.630		47,5	402.578	49,1	
Financiamentos	42.155	34.196	28.520	72.980	88.781	266.632		49,6	391.769	47,7	
Subtotal	65.035	56.228	52.525	134.714	213.760	522.262		97,1	794.347	55,8	
Outros créditos (1)	3.311	2.430	1.869	4.194	4.021	15.825		2,9	26.383	3,2	
Total em 2017	68.346	58.658	54.394	138.908	217.781	538.087		100,0	-	-	
Total em 2016	98.181	87.483	82.999	226.725	325.342	-		-	820.730	100,0	

	Curso anual							2017		2016		
	Parcelas vincendas							(C)		%	Total (C)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	%	Total	%		
Empréstimos e títulos descontados	8.255	7.062	6.957	18.293	25.261	15.137	80.965	28,6	100.330	25,4		
Financiamentos	33.638	27.455	22.820	49.277	39.227	7.992	180.409	63,7	269.756	68,0		
Subtotal	41.893	34.517	29.777	67.570	64.488	23.129	261.374	92,3	370.086	93,4		
Outros créditos (1)	2.780	2.345	1.971	4.339	4.932	5.302	21.669	7,7	26.334	6,6		
Total em 2017	44.673	36.862	31.748	71.909	69.420	28.431	283.043	100,0	-	-		
Total em 2016	8.255	7.062	6.957	18.293	25.261	15.137	80.965	-	396.420	100,0		

	2017		2016	
	Total (A+B+C)	%	Total (A+B+C)	%
Empréstimos e títulos descontados	793.362	26,4	882.555	23,6
Financiamentos	1.289.458	43,0	1.671.457	44,7
Subtotal	2.082.820	69,4	2.554.012	68,3
Outros créditos (1)	917.677	30,6	1.183.231	31,7
Total geral	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00
Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco												
	2017											2016	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Empréstimos e títulos descontados.....	38	229.183	31.701	87.447	46.988	32.261	29.706	28.830	307.208	793.362	26,4	882.555	23,6
Financiamentos.....	75	791.322	71.687	54.845	43.989	36.699	33.403	31.399	226.039	1.289.458	43,0	1.671.457	44,7
Subtotal.....	113	1.020.505	103.388	142.292	90.977	68.960	63.109	60.229	533.247	2.082.820	69,4	2.554.012	68,3
Outros créditos (1).....	3.048	801.074	26.519	30.164	9.577	5.809	3.987	2.822	34.677	917.677	30,6	1.183.231	31,7
Total em 2017.....	3.161	1.821.579	129.907	172.456	100.554	74.769	67.096	63.051	567.924	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0
%.....	0,1	60,7	4,3	5,7	3,4	2,5	2,2	2,1	18,9				
Total em 2016.....	3.621	2.176.289	171.867	206.285	121.531	109.608	98.231	92.095	757.716			3.737.243	
%.....	0,1	58,2	4,6	5,5	3,3	2,9	2,6	2,5	20,3				100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Faixas de vencimento e níveis de risco

	Níveis de risco												
	Operações em curso anormal											2016	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Parcelas vincendas.....	-	-	64.470	45.756	33.295	26.486	20.939	17.572	74.527	283.045	34,6	396.420	32,6
1 a 30.....	-	-	11.507	7.302	4.062	3.653	2.982	2.549	12.617	44.672	5,4	64.366	5,3
31 a 60.....	-	-	8.035	5.391	3.664	3.451	2.800	2.423	11.099	36.863	4,5	53.968	4,4
61 a 90.....	-	-	7.054	4.825	3.470	3.004	2.467	2.115	8.812	31.747	3,9	46.288	3,8
91 a 180.....	-	-	16.608	11.499	8.202	7.055	5.780	4.817	17.949	71.910	8,8	104.479	8,6
181 a 360.....	-	-	16.522	12.470	8.755	6.751	4.987	3.964	15.971	69.420	8,5	95.424	7,8
Acima de 360.....	-	-	4.744	4.269	5.142	2.572	1.923	1.704	8.079	28.433	3,5	31.895	2,6
Parcelas vencidas.....	-	-	25.043	31.318	34.791	36.612	36.045	36.868	337.408	538.085	65,4	820.730	67,4
1 a 30.....	-	-	25.043	10.092	6.670	4.371	3.471	2.926	15.772	68.345	8,3	98.181	8,1
31 a 60.....	-	-	-	21.226	7.219	6.128	3.734	3.068	17.284	58.659	7,1	87.483	7,2
61 a 90.....	-	-	-	-	20.664	6.710	5.207	3.362	18.450	54.393	6,6	82.999	6,8
91 a 180.....	-	-	-	-	238	19.403	23.633	27.512	68.121	138.907	16,9	226.725	18,6
181 a 540.....	-	-	-	-	-	-	-	-	217.781	217.781	26,5	325.342	26,7
Subtotal.....	-	-	89.513	77.074	68.086	63.098	56.984	54.440	411.935	821.130	100,0	1.217.150	100,0
Provisão específica.....	-	-	895	2.312	6.809	18.930	28.492	38.108	411.935	507.481			

	Níveis de risco												
	Operações em curso normal											2016	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Parcelas vincendas.....	3.161	1.821.580	40.394	95.382	32.468	11.671	10.112	8.611	155.988	2.179.367	100,0	2.520.093	-
1 a 30.....	678	567.373	12.280	15.855	7.570	2.645	2.072	1.667	21.181	631.321	29,0	765.063	30,4
31 a 60.....	435	223.372	4.709	7.080	4.020	1.272	1.020	768	6.499	249.175	11,4	306.681	12,2
61 a 90.....	348	183.117	3.847	6.165	3.406	1.078	896	687	4.899	204.443	9,4	248.999	9,9
91 a 180.....	761	390.745	8.414	14.441	7.892	2.729	2.249	1.738	9.593	438.562	20,1	535.338	21,2
181 a 360.....	603	357.506	8.024	18.881	5.957	2.457	2.259	1.939	21.243	418.869	19,2	491.464	19,5
Acima de 360.....	336	99.467	3.120	32.960	3.623	1.490	1.616	1.812	92.573	236.997	10,9	172.548	6,8
Subtotal.....	3.161	1.821.580	40.394	95.382	32.468	11.671	10.112	8.611	155.988	2.179.367	100,0	2.520.093	100,0
Total geral.....	3.161	1.821.580	129.907	172.456	100.554	74.769	67.096	63.051	567.923	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0
Provisão genérica.....	-	9.108	404	2.861	3.247	3.501	5.057	6.027	155.988	186.193			
Provisão existente.....	-	9.108	1.299	5.174	10.055	22.431	33.549	44.135	567.923	693.674			
Provisão excedente.....	-	2	16	613	4.632	31.064	33.534	18.909	-	88.770			

d) Concentração das operações de crédito

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2017	% (1)	2016	% (1)
Maior cliente.....	86.268	2,9	18.646	0,5
10 maiores clientes.....	128.718	4,3	29.338	0,8
50 maiores clientes.....	132.979	4,4	33.613	0,9
100 maiores clientes.....	137.258	4,6	37.894	1,3

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2017	%	2016	%
Setor Privado.....	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0
Pessoa Física.....	2.871.915	95,7	3.709.261	99,3
Serviços.....	91.554	3,1	5.127	0,1
Indústria.....	35.419	1,5	18.646	0,5
Comércio.....	1.609	0,1	3.079	0,1
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	-	-	1.130	-
Total.....	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0

f) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	Saldo da carteira											
	Curso anormal						Curso normal					
	Vencidas	Vencidas	Total - curso anormal	Curso normal	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
AA.....	-	-	-	3.161	3.161	0,1	3.621	0,1	-	-	-	-
A.....	-	-	-	1.821.580	1.821.580	60,7	2.176.289	58,2	-	-	-	-
B.....	25.043	64.470	89.513	40.394	129.907	4,4	171.867	4,6	-	-	-	-
C.....	31.318	45.756	77.074	95.382	172.456	5,7	206.285	5,5	-	-	-	-
Subtotal.....	56.361	110.226	166.587	1.960.517	2.127.104	70,9	2.558.062	68,4	-	-	-	-
D.....	34.791	33.295	68.086	32.468	100.554	3,4	121.531	3,3	-	-	-	-
E.....	36.612	26.486	63.098	11.671	74.769	2,5	109.608	2,9	-	-	-	-
F.....	36.045	20.939	56.984	10.112	67.096	2,2	98.231	2,6	-	-	-	-
G.....	36.868	17.572	54.440	8.611	63.051	2,1	92.095	2,5	-	-	-	-
H.....	337.408	74.527	411.935	155.988	567.923	18,9	757.716	20,3	-	-	-	-
Subtotal.....	481.724	172.819	654.543	218.850	873.393	29,1	1.179.181	31,6	-	-	-	-
Total geral.....	538.085	283.045	821.130	2.179.367	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0	-	-	-	-
%.....	17,9	9,4	27,4	72,6	100,0							

Nível de Risco	Provisão										
	% Mínimo de provisionamento requerido	Específica					Mínima requerida				
		Vencidas	Vencidas	Total específica	Genérica	Total	Excedente	Existente	Total	%	
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	-	-	-	9.108	9.108	1	9.109	20.675	2,0	
B.....	1	250	645	895	404	1.299	16	1.315	5.070	0,5	
C.....	3	940	1.373	2.313	2.861	5.174	613	5.787	20.525	1,9	
Subtotal.....		1.190	2.018	3.208	12.373	15.581	630	16.211	46.270	4,4	
D.....	10	3.479	3.329	6.808	3.247	10.055	4.632	14.687	36.399	3,4	
E.....	30	10.984	7.946	18.930	3.501	22.431	31.064	53.495	54.749	5,2	
F.....	50	18.023	10.469	28.492	5.057	33.549	33.535	67.084	68.712	6,5	
G.....	70	25.808	12.300	38.108	6.027	44.135	18.909	63.044	92.049	8,7	
H.....	100	337.408	74.527	411.935	155.988	567.923	-	567.923	757.716	71,8	
Subtotal.....		395.702	108.571	504.273	173.820	678.093	88.140	766.233	1.009.625	95,6	
Total geral.....		396.892	110.589	507.481	186.193	693.674	88.770	782.444	1.055.895	100,0	
%.....		50,6	14,1	64,7	23,8	88,7	11,3	100,0			

continua...

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

 Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Saldo inicial.....	1.056.414	651.577
- Provisão específica (1).....	789.110	628.573
- Provisão genérica (2).....	146.014	22.669
- Provisão excedente (3).....	121.290	335
Constituição (líquida de reversões).....	730.812	1.252.067
Baixas para prejuízo.....	(1.004.782)	(847.730)
Saldo final.....	782.444	1.056.414
- Provisão específica (1).....	507.481	789.110
- Provisão genérica (2).....	186.193	146.014
- Provisão excedente (3).....	88.770	121.290
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	192.684	100.477

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99.

A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

(4) Classificados em receitas de operação de crédito.

h) Despesa de PDD líquida de recuperações

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Constituição.....	(730.812)	(1.252.067)
Recuperações.....	192.684	100.477
Despesa de PDD líquida de recuperações.....	(538.128)	(1.151.590)

8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A composição dos saldos de outros créditos e outras obrigações diversas está demonstrada como segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos e créditos a receber (Nota 7a).....	917.677	1.183.231
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 22c).....	525.456	566.288
Devedores por depósitos em garantia.....	270.465	314.134
Impostos e contribuições a compensar.....	5.706	11.116
Outros.....	14.478	40.996
Total.....	1.733.782	2.126.800

9) IMOBILIZADO EM USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação	
				2017	2016
Edificações.....	4%	1.571	(1.202)	369	481
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	11.404	(5.080)	6.324	7.204
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	1.084	(426)	658	1.019
Sistemas de processamento de dados.....	20%	1.892	(1.019)	873	826
Total em 2017.....		15.952	(7.727)	8.225	
Total em 2016.....		16.548	(7.018)	9.530	

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por softwares e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2017 apresentava o valor de custo líquido de amortização de R\$ 747 mil (2016 - R\$ 1.280 mil).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais teses são:

a) IRPJ/CSLL - Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da Contribuição social sobre Lucro Líquido (Lei nº 8981/95, artigos 42 e 58) no montante de R\$ 61.053 mil (2016 - R\$ 59.168 mil); e

b) PIS - Base de cálculo - EC 10/96 e EC 17/97 - Pleiteia calcular e recolher o PIS nos períodos de junho/96 a junho/97 e fevereiro/98 a dezembro/99, conforme LC 7/70, no montante de R\$ 16.676 mil (2016 - R\$ 15.772 mil).

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício de 2017.....	102.798	25.004	97.983
Constituições líquidas de reversões.....	12.207	11.334	152
Atualização monetária.....	3.690	1.381	3.786
Baixas por pagamentos.....	(7.120)	(14.353)	-
No final do exercício de 2017.....	111.575	23.366	101.921

(1) As provisões Fiscais e Previdenciárias referem-se substancialmente à Obrigações Legais

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

1) IR/CSL - Autuação fiscal sem considerar os pagamentos postergados do tributo, relativa à trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais (Lei nº 8981/95, artigo 42), no montante de R\$ 82.294 mil (2016 - R\$ 77.606 mil); e

2) Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS lançada após o trânsito em julgado favorável em processo judicial que discutiu a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as decorrentes do faturamento (Lei nº 9718/98), no montante de R\$ 72.964 mil (2016 - R\$ 67.813 mil).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Losango são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

12) DEPÓSITOS

a) Composição:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017	2016
Depósitos:						
- À Vista.....	19.755	-	-	-	19.755	17.450
- Interfinanceiros.....	15.188	43.458	1.067.173	18.203	1.144.022	2.647.359
Total em 2017.....	34.943	43.458	1.067.173	18.203	1.163.777	
%.....	3,0	3,7	91,7	1,6	100,0	
Total em 2016.....	186.840	508.728	930.610	1.038.631		2.664.809
%.....	7,0	19,1	34,9	39,0		100,0

b) Despesas com operações de captação do mercado

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Depósitos interfinanceiros.....	204.370	364.480
Total.....	204.370	364.480

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher.....	9.663	11.690
Provisão para tributos diferidos.....	4.370	34
Total.....	14.033	11.724

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Lojistas a pagar (1) (3).....	328.616	359.030
Valores a pagar - cartão de crédito.....	154.666	207.568
Provisão para contingências trabalhistas.....	111.574	102.798
Provisão para contingências fiscais (2).....	103.692	97.983
Provisão para pagamentos a efetuar.....	47.240	48.929
Provisão para contingências cíveis.....	23.366	25.004
Provisão para benefícios trabalhistas.....	3.471	3.393
Valores a pagar empresas ligadas.....	1.070	2.446
Outros.....	51.589	48.570
Total.....	825.284	895.721

(1) As obrigações com lojistas referem-se às operações de financiamento de terceiros para compra de bens, incluindo compras com cartões híbridos e *private label*;

(2) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas"; e

(3) Conforme Carta Circular nº 3.828/17 do Bacen, que altera a contabilização em arranjos de pagamentos (Operações com cartão de crédito), parte destas operações foram em dezembro de 2017, classificadas na rubrica "Relações Interfinanceiras", no montante de R\$ 224.915 mil. Para efeito de comparabilidade, os saldos de períodos anteriores também foram reclassificados, no montante de R\$ 249.178 mil.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.761.996 mil (2016 - R\$ 481.996 mil) é representado por 4.889.346 (2016 - 67.507) ações ordinárias e preferenciais, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Composição do capital social

	Quantidade de ações ordinárias		R\$ mil
	2017	2016	
Em 1º janeiro de 2017.....	67.507	481.996	
Aumento de capital (1).....	4.821.839	1.280.000	
Em 31 de dezembro de 2017.....	4.889.346	1.761.996	

(1) Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 20 de outubro de 2017, a Bradesco Cartões aumentou o capital social do Banco Losango, no valor de R\$ 1.280.000 mil, mediante a emissão de 4.821.839 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

c) Reserva de lucros

A Reserva Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal de 2017, foi utilizada para absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Reserva Estatutária visa a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade. Em 2017, o saldo de reserva estatutária foi utilizado para absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em 2017 não houve destinação de lucros, uma vez que o lucro líquido do período no montante de R\$ 73.163 mil foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de anuidade.....	110.573	105.902
Rendas de tarifas bancárias.....	40.476	37.261
Rendas de serviços prestados a ligadas.....	26.572	23.349
Rendas de outros serviços.....	24.623	14.296
Rendas de serviços diferenciados - PF.....	111	115
Total.....	202.355	180.942

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	98.412	159.455
Benefícios.....	47.124	32.752
Encargos sociais.....	30.442	31.888
Despesas de remuneração de estagiários.....	1.312	1.520
Treinamento.....	307	538
Total.....	177.598	226.153

(1) Inclui os efeitos do Plano de Desligamento Voluntário Especial (Nota 22d)

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços de terceiros.....	110.992	155.670
Serviços técnicos especializados.....	72.120	52.723
Comunicações.....	27.559	23.151
Processamento de dados.....	22.477	45.272
Aluguéis.....	14.374	15.402
Publicidade e propaganda.....	14.161	21.270
Transportes e viagens.....	9.496	6.283
Manutenção e conservação de bens.....	4.673	5.507
Material de expediente.....	2.600	4.095
Promoções e relações públicas.....	2.576	4.986
Despesas de depreciação e amortização.....	2.071	18.439
Serviços do sistema financeiro.....	1.827	60.267
Água, energia e gás.....	1.682	2.173
Outras.....	3.955	19.944
Total.....	290.562	435.182

continua...

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
• Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).
Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.
d) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual puderam aderir os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

e) Em janeiro de 2018, a Instituição realizou cessão de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios, no montante de R\$ 3.031.607 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 62.754 mil.

A DIRETORIA

Vinicius Panaro – Contador – CRC 1SP324844/O-6 S - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 15 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Id: 2092929

PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. CNPJ nº 24.875.996/0001-47 - NIRE 33.3.0032016-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de Fevereiro de 2018. Ata lavrada em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. **1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 23 de fevereiro de 2018, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, CEP: 20.071-004. **2. Presença:** Presentes as Acionistas representando a totalidade das ações de emissão da Companhia, como se verificou pelas assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todas as Acionistas, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e alterações. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Hongxian Cai e secretariados pelo Sr. Yang Qu. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, para distribuição/colocação privada, totalizando o valor de até **R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais);** (ii) autorização à Diretoria Executiva da Companhia para que tome as medidas necessárias à implementação da Emissão (conforme abaixo definido); e (iv) a autorização aos administradores a praticar todos os atos necessários ao registro e publicação da presente ata. **6. Deliberações:** 6.1. Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, da Companhia, para distribuição/colocação privada ("Emissão", "Debêntures" e "Colocação Privada", respectivamente), condicionadas à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016 da referida agência reguladora. 6.1.2. Uma vez aprovada pela ANEEL a transação que ora é objeto de deliberação e aprovação pelos Acionistas da Companhia, as Debêntures em comento terão as seguintes características e condições, que deverão ser observadas na escritura de emissão ("Escritura de Emissão"): (a) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de até R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais); (b) **Séries:** a Emissão será realizada em duas séries, sendo a primeira de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Debêntures e a segunda de 200.000 (duzentas mil) Debêntures; (c) **Quantidade de Debêntures:** a quantidade de Debêntures emitidas bem como seu correspondente valor nominal unitário na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário") encontram-se especificamente estabelecidos na Escritura de Emissão; (d) **Forma e Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, com emissão de certificados; (e) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirográfrica, nos termos do artigo 58, caput da Lei das Sociedades por Ações; (f) **Subscrição e Integralização:** as Debêntures serão totalmente integra-

lizadas e subscritas, em seu valor nominal unitário, em moeda corrente nacional, acrescido da remuneração prevista na Escritura de Emissão, pela Debenturista signatária do mencionado presente instrumento; (g) **Colocação e Negociação:** As Debêntures (na forma dos artigos 52, 61 caput e 62 da Lei das Sociedades por Ações) serão objeto de colocação privada, classificada pela emissão e distribuição privada de valores mobiliários, que não envolve uma oferta pública a investidores no mercado de capitais, não é destinada ao público, e não permite a negociação em mercado secundário, em geral oferecida aos acionistas da Companhia. Assim, automaticamente, encontram-se as referidas Debentures dispensadas igualmente de registros e distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), visto se relacionarem a emissão e distribuição privada de valores mobiliários, que não envolve oferta pública a investidores no mercado de capitais, não é destinada ao público, e não permite a negociação em mercado secundário; (h) **Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures terão sua vigência contada a partir da Data de Emissão e deverão permanecer vigentes até doze meses contados a partir da Data de Emissão, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado e/ou Resgate Antecipado Facultativo, conforme termos a serem previstos na Escritura de Emissão ("Prazo e Data de Vencimento"); (i) **Destinação de Recursos:** os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados a investimentos na própria Companhia, por meio da compra de máquinas e equipamentos, bem como a contratação de serviços para a construção das seguintes instalações: (i) linha de transmissão em 500 kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005 km e (ii) expansão das subestações Paranaíta, Cláudia, Paranatinga ("Projetos da Companhia"); (j) **Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente acrescido da remuneração prevista na Escritura de Emissão, será integralmente pago na Data de Vencimento ou na data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado ou um Resgate Antecipado, conforme termos a serem previstos na Escritura de Emissão; (k) **Atualização do Valor Nominal Unitário:** As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; (l) **Remuneração:** as Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à 108,0% (cento e oito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), incidentes sobre Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão até Data de Vencimento, ou na data de pagamento em decorrência da declaração de vencimento antecipado, ou no caso de Resgate Antecipado, de acordo com fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão; (m) **Pagamento da Remuneração:** a remuneração das Debêntures será paga na Data de Vencimento; (n) **Repactuação Programada:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (o) **Vencimento**

Antecipado e Resgate Antecipado: os eventos que acionarão o vencimento antecipado das Debêntures ou o Resgate Antecipado serão detalhados nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, sendo aqueles os usuais de mercado adotados em operações semelhantes, e estes a serem definidos de comum acordo, dentro das práticas de mercado para emissores dessa natureza; (p) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, acrescido dos juros, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação; (q) **Encargos Moratórios:** ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, multa moratória e juros de mora, calculados na forma prevista na Escritura de Emissão; (r) **Local de Pagamento:** os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, em conta a ser designada pela(s) Debenturista(s). **6.2. Autorização à Diretoria Executiva da Companhia para a implementação da Emissão:** 6.2.1. Considerando-se a deliberação do item 6.1 acima, por unanimidade, as Acionistas aprovaram que a Diretoria da Companhia pratique todo e qualquer ato eventualmente necessário e/ou recomendável à realização da mencionada Emissão de Debêntures, incluindo, mas não se limitando, a celebração de todos os documentos, tais como, a Escritura de Emissão de Debentures em si. **6.3. Autorização aos Administradores a praticar atos para registro e publicação da presente Ata:** 6.3.1. Ficam os administradores da Companhia autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários ao registro e publicação da presente nos órgãos e livros próprios e os demais atos aqui previstos e na lei aplicável. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018. **Mesa:** Hongxian Cai - Presidente. Yang Qu - Secretário. Acionistas: State Grid Brazil Holding S.A. - Hongxian Cai - Presidente. Yang Qu - Vice-Presidente. International Grid Holdings Limited - Laura Helena Pinheiro de Oliveira - Procuradora. Chungang Zhang - Procurador. Jucerja nº 3163482, em 08/03/18. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2092909

ROQUETE 94,1 FM





Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Assembleia Geral Extraordinária de 13.2.2017 aprovou o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações firmado entre o Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões) e o Banco Losango. Essa operação visa promover a reorganização societária para converter o Banco Losango em subsidiária integral do Bradesco Cartões, promovendo sua alocação no segmento de cartões, meios de pagamento e crédito ao consumidor.

Em 20 de outubro de 2017, a Bradesco Cartões, aumentou capital social no Banco Losango, no valor de R\$ 1.280.000 mil, mediante a emissão de 4.821.839 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

No exercício de 2017 o Banco Losango registrou um lucro líquido no montante de R\$ 73.163 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.487.231 mil e Ativos Totais de R\$ 3.716.760 mil.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	3.001.400	2.890.902	CIRCULANTE	1.728.404	2.245.704
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	7.292	31.163	DEPÓSITOS (Nota 12a)	1.145.574	1.626.178
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	597.384	72.689	Depósitos à Vista	19.755	17.450
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	597.384	72.689	Depósitos Interfinanceiros	1.125.819	1.608.728
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	224.915	249.178
DERIVATIVOS	29.122	22.719	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	224.915	249.178
Carteira Própria	28.835	21.706	OUTRAS OBRIGAÇÕES	357.915	370.348
Vinculados à Prestação de Garantias	287	1.013	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.520	2.506
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.906	11.503	Sociais e Estatutárias	-	365
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	1.227.077	1.470.699	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	11.001	11.724
Operações de Crédito - Setor Privado	1.845.354	2.393.278	Diversas (Nota 13b)	345.394	355.753
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(618.277)	(922.579)			
OUTROS CRÉDITOS	1.120.422	1.267.276	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	501.125	1.578.599
Rendas a Receber	880	-	DEPÓSITOS (Nota 12a)	18.203	1.038.631
Diversos (Nota 8)	1.169.272	1.367.471	Depósitos Interfinanceiros	18.203	1.038.631
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.730)	(100.195)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	482.922	539.968
OUTROS VALORES E BENS	11.197	14.853	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	3.032	-
Despesas Antecipadas	11.197	14.853	Diversas (Nota 13b)	479.890	539.968
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	706.388	1.056.251	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	1.487.231	133.660
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	13.987	40.917	Capital:		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.987	40.917	Capital Social - De Domiciliados no País	1.761.996	481.996
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Reservas de Capital	1.158	1.158
DERIVATIVOS	4.862	128.911	Ajustes de Avaliação Patrimonial	280	(128)
Carteira Própria	3.282	6.852	Prejuízos Acumulados	(276.203)	(349.366)
Vinculado ao Banco Central	-	120.363			
Vinculados à Prestação de Garantias	1.580	1.696			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	124.753	130.374			
Operações de Crédito - Setor Privado	237.466	160.734			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(112.713)	(30.360)			
OUTROS CRÉDITOS	562.786	756.049			
Diversos (Nota 8)	564.510	759.329			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.724)	(3.280)			
PERMANENTE	8.972	10.810			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	8.225	9.530			
Imóveis de Uso	1.571	1.571			
Outras Imobilizações de Uso	14.381	14.977			
Depreciações Acumuladas	(7.727)	(7.018)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	747	1.280			
Ativos Intangíveis	461.730	493.710			
Amortização Acumulada	(460.983)	(492.430)			
TOTAL	3.716.760	3.957.963	TOTAL	3.716.760	3.957.963

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	656.629	1.489.135	1.489.135	1.707.936
Operações de Crédito	643.127	1.467.777	1.467.777	1.681.662
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	13.502	21.358	21.358	26.274
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(339.874)	(935.182)	(935.182)	(1.616.547)
Operações de Captações no Mercado (Nota 21a)	(73.301)	(204.370)	(204.370)	(364.480)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	(266.573)	(730.812)	(730.812)	(1.252.067)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	316.755	553.953	553.953	91.389
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(239.455)	(434.098)	(434.098)	(880.725)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	109.425	202.355	202.355	180.942
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(100.870)	(177.598)	(177.598)	(226.153)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(143.880)	(290.562)	(290.562)	(435.182)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(43.763)	(82.177)	(82.177)	(93.050)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	70.274	143.116	143.116	229.805
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(130.641)	(229.232)	(229.232)	(537.087)
RESULTADO OPERACIONAL	77.300	119.855	119.855	(789.336)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	39	(20)	(20)	1.287
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	77.339	119.835	119.835	(788.049)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(21.339)	(46.672)	(46.672)	306.251
Imposto de Renda	(1.488)	(3.244)	(3.244)	(1.452)
Contribuição Social	(1.540)	(2.596)	(2.596)	(1.162)
Ativo Fiscal Diferido	(18.311)	(40.832)	(40.832)	308.865
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO	56.000	73.163	73.163	(481.798)
Número de ações (Nota 14b)	4.889.346	4.889.346	4.889.346	67.507
Lucro/(Prejuízo) por ação em R\$	11,45	14,96	14,96	(7,137,01)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro/Prejuízo Acumulado	Totais
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 30.6.2017	481.996	1.158	-	-	(150)	(332.204)	150.800
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	403	-	403
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	27	-	27
Aumento de Capital por subscrição (Nota 14b)	1.280.000	-	-	-	-	-	1.280.000
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	56.001	56.001
Saldos em 31.12.2017	1.761.996	1.158	-	-	280	(276.203)	1.487.231
Saldos em 31.12.2015	361.996	1.158	71.584	60.865	735	-	496.338
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	(928)	-	(928)
Prescrição de Dividendos	-	-	-	2	-	-	2
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	65	(19)	46
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	-	(481.798)	(481.798)
Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízo	-	-	(71.584)	(60.867)	-	132.451	-
Aumento de Capital	120.000	-	-	-	-	-	120.000
Saldos em 31.12.2016	481.996	1.158	-	-	(128)	(349.366)	133.660
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	403	-	403
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5	-	5
Aumento de Capital por subscrição (Nota 14b)	1.280.000	-	-	-	-	-	1.280.000
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	73.163	73.163
Saldos em 31.12.2017	1.761.996	1.158	-	-	280	(276.203)	1.487.231

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	77.340	119.835	119.835	(788.049)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:				
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	266.573	730.812	730.812	1.252.067
Provisão para passivos contingentes	29.165	25.799	25.799	79.627
Baixa por Impairment	-	-	-	270.388
Depreciações e Amortizações	1.022	2.293	2.293	18.439
Outros	-	-	-	672
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	374.101	878.740	878.740	833.144
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(488.808)	(442.533)	(442.533)	204.477
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(679)	(2.578)	(2.578)	(143.116)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(25.102)	(21.666)	(21.666)	675
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(248.699)	(519.432)	(519.432)	(940.203)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	143.084	338.513	338.513	5.297
Aumento/(Redução) em Depósitos	(975.712)	(1.501.031)	(1.501.031)	16.367
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(6.898)	(98.327)	(98.327)	(89.076)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(354)	(354)	(354)	(4.425)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(1.229.067)	(1.368.667)	(1.368.667)	(116.460)

continua...

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Títulos Disponíveis para Venda.....	674	120.483	-
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	-	15
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(96)	(104)	(2.280)
Aquisição de Intangível.....	(2)	(350)	(809)
Baixa de Intangível.....	-	-	1.003
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	576	120.029	(2.071)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Aumento de Capital em Espécie.....	1.280.000	1.280.000	120.000
Dividendos Pagos.....	-	-	(5)
Outros Ajustes.....	-	-	(947)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento.....	1.280.000	1.280.000	119.048
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	51.509	31.361	517
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período.....	24.801	44.949	44.432
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período.....	76.310	76.310	44.949
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	51.509	31.361	517

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Banco Losango" ou "Instituição"), está autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, investimento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Losango, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente aqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

A partir de 01 de julho de 2016, com a conclusão da aquisição das operações do HSBC no Brasil, o Banco Losango passou a fazer parte da Organização Bradesco, com a mudança do controlador para o Banco Bradesco S.A. A Assembleia Geral Extraordinária de 13.2.2017 aprovou o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações firmado entre a Bradesco Cartões e o Banco Losango. Essa operação visou promover a reorganização societária para converter o Banco Losango em subsidiária integral do Banco Bradesco Cartões, promovendo sua alocação no segmento de cartões, meios de pagamento e crédito ao consumidor.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco Losango evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida

São registradas e amortizadas, quando aplicável, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e

- *Software*

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

k) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, o Banco Losango constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 22.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais: Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentado na Nota 11.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional.....	7.292	31.163
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	69.018	13.786
Total caixa e equivalentes de caixa.....	76.310	44.949

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco significantes de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Vencimentos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
						2017
Aplicações no mercado aberto.....	-	-	-	-	-	113.606
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	72.080	3.782	7.668	513.854	13.987	611.371
Total em 2017.....	72.080	3.782	7.668	513.854	13.987	611.371
Total em 2016.....	10.485	8.035	30.391	23.778	40.917	113.606

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros.....	15.532	24.238
Total (Nota 6c).....	15.532	24.238

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos		
Carteira própria.....	32.117	28.558
Letras financeiras do tesouro.....	7.541	6.852
Ações de companhias abertas.....	125	91
Cotas de fundos de investimento.....	24.451	21.615
Vinculado ao Banco Central.....	-	120.363
Vinculado à prestação de garantias.....	1.867	2.709
Letras financeiras do tesouro.....	1.867	2.709
Total.....	33.984	151.630

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (3)					2017		Marcação a mercado	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado		2016	2016
Títulos para negociação (2)	7.764	1.945	429	14.313	24.451	24.451	-	21.615	-
Letras financeiras do tesouro	7.764	1.945	429	13.765	23.903	23.903	-	19.998	-
Letras financeiras	-	-	-	548	548	548	-	1.362	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	255	-
Títulos disponíveis para venda	125	4.550	4.858	-	9.533	9.417	116	130.015	151
Letras financeiras do tesouro	-	4.550	4.858	-	9.408	9.412	(4)	139.924	65
Ações de companhias abertas	125	-	-	-	125	5	120	91	86
Total em 2017	7.889	6.495	5.287	14.313	33.984	33.868	116	-	-
Total em 2016	12.387	529	2.344	136.370				151.630	151

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Do total aplicado no encerramento do exercício R\$ 24.451 mil eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

Segue abaixo a composição do resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	15.532	24.238
Títulos de renda fixa	2.990	1.421
Outros	2.836	615
Total	21.358	26.274

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

7) CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

	Curso normal						2017		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(A)	(B)	2016	2016
							%	%	(A)	%
Empréstimos e títulos descontados	87.962	28.094	25.312	60.003	92.425	162.971	456.767	21,0	379.647	15,0
Financiamentos	135.447	103.822	93.217	220.595	237.971	51.365	842.417	38,6	1.009.932	40,1
Subtotal	223.409	131.916	118.529	280.598	330.396	214.336	1.299.184	59,6	1.389.579	55,1
Outros créditos (1)	407.912	117.259	85.913	157.965	88.472	22.662	880.183	40,4	1.130.514	44,9
Total em 2017	631.321	249.175	204.442	438.563	418.868	236.998	2.179.367	100,0	2.520.093	100,0
Total em 2016	765.063	306.681	248.999	535.338	491.464	172.548			2.520.093	100,0

	Curso anormal						2017		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Parcelas vencidas			91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 360 dias	(B)	(C)	2016	2016
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias							%
Empréstimos e títulos descontados	22.880	22.032	24.005	61.734	124.979	255.630	47,5	402.578	49,1	
Financiamentos	42.155	34.196	28.520	72.980	88.781	266.632	49,6	391.769	47,7	
Subtotal	65.035	56.228	52.525	134.714	213.760	522.262	97,1	794.347	55,8	
Outros créditos (1)	3.311	2.430	1.869	4.194	4.021	15.825	2,9	26.383	3,2	
Total em 2017	68.346	58.658	54.394	138.908	217.781	538.087	100,0	820.730	100,0	
Total em 2016	98.181	87.483	82.999	226.725	325.342			820.730	100,0	

	Curso anormal						2017		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Parcelas vincendas						Total	%	Total	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	%	(C)	%
Empréstimos e títulos descontados	8.255	7.062	6.957	18.293	25.261	15.137	80.965	28,6	100.330	25,4
Financiamentos	33.638	27.455	22.820	49.277	39.227	7.992	180.409	63,7	269.756	68,0
Subtotal	41.893	34.517	29.777	67.570	64.488	23.129	261.374	92,3	370.086	93,4
Outros créditos (1)	2.780	2.345	1.971	4.339	4.932	5.302	21.669	7,7	26.334	6,6
Total em 2017	44.673	36.862	31.748	71.909	69.420	28.431	283.043	100,0	396.420	100,0
Total em 2016	8.255	7.062	6.957	18.293	25.261	15.137	80.965		396.420	100,0

	2017		2016	
	Total (A+B+C)	%	Total (A+B+C)	%
Empréstimos e títulos descontados	793.362	26,4	882.555	23,6
Financiamentos	1.289.458	43,0	1.671.457	44,7
Subtotal	2.082.820	69,4	2.554.012	68,3
Outros créditos (1)	917.677	30,6	1.183.231	31,7
Total geral	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2017										2016		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Empréstimos e títulos descontados	38	229.183	31.701	87.447	46.988	32.261	29.706	28.830	307.208	793.362	26,4	882.555	23,6
Financiamentos	75	791.322	71.687	54.845	43.989	36.699	33.403	31.399	226.039	1.289.458	43,0	1.671.457	44,7
Subtotal	113	1.020.505	103.388	142.292	90.977	68.960	63.109	60.229	533.247	2.082.820	69,4	2.554.012	68,3
Outros créditos (1)	3.048	801.074	26.519	30.164	9.577	5.809	3.987	2.822	34.677	917.677	30,6	1.183.231	31,7
Total em 2017	3.161	1.821.579	129.907	172.456	100.554	74.769	67.096	63.051	567.924	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0
%	0,1	60,7	4,3	5,7	3,4	2,5	2,2	2,1	18,9		100,0		
Total em 2016	3.621	2.176.289	171.867	206.285	121.531	109.608	98.231	92.095	757.716			3.737.243	100,0
%	0,1	58,2	4,6	5,5	3,3	2,9	2,6	2,5	20,3				100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Faixas de vencimento e níveis de risco

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Operações em curso anormal										2016		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Parcelas vincendas	-	-	64.470	45.756	33.295	26.486	20.939	17.572	74.527	283.045	34,6	396.420	32,6
1 a 30	-	-	11.507	7.302	4.062	3.653	2.982	2.549	12.617	44.672	5,4	64.366	5,3
31 a 60	-	-	8.035	5.391	3.664	3.451	2.800	2.423	11.099	36.863	4,5	53.968	4,4
61 a 90	-	-	7.054	4.825	3.470	3.004	2.467	2.115	8.812	31.747	3,9	46.288	3,8
91 a 180	-	-	16.608	11.499	8.202	7.055	5.780	4.817	17.949	71.910	8,8	104.479	8,6
181 a 360	-	-	16.522	12.470	8.755	6.751	4.987	3.964	15.971	69.420	8,5	95.424	7,8
Acima de 360	-	-	4.744	4.269	5.142	2.572	1.923	1.704	8.079	28.433	3,5	31.895	2,6
Parcelas vencidas	-	-	25.043	31.318	34.791	36.612	36.045	36.868	337.408	538.085	65,4	820.730	67,4
1 a 30	-	-	25.043	10.092	6.670	4.371	3.471	2.926	15.772	68.345	8,3	98.181	8,1
31 a 60	-	-	-	21.226	7.219	6.128	3.734	3.068	17.284	58.659	7,1	87.483	7,2
61 a 90	-	-	-	-	20.664	6.710	5.207	3.362	18.450	54.393	6,6	82.999	6,8
91 a 180	-	-	-	-	238	19.403	23.633	27.512	68.121	138.907	16,9	226.725	18,6
181 a 540	-	-	-	-	-	-	-	-	217.781	217.781	26,5	325.342	26,7
Subtotal	-	-	89.513	77.074	68.086	63.098	56.984	54.440	411.935	821.130	100,0	1.217.150	100,0
Provisão específica	-	-	895	2.312	6.809	18.930	28.492	38.108	411.935	507.481			

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Operações em curso normal										2016		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Parcelas vincendas	3.161	1.821.580	40.394	95.382	32.468	11.671	10.112	8.611	155.988	2.179.367	100,0	2.520.093	-
1 a 30	678	567.373	12.280	15.855	7.570	2.645	2.072	1.667	21.181	631.321	29,0	765.063	30,4
31 a 60	435	223.372	4.709	7.080	4.020	1.272	1.020	768	6.499	249.175	11,4	306.681	12,2
61 a 90	348	183.117	3.847	6.165	3.406	1.078	896	687	4.899	204.443	9,4	248.999	9,9
91 a 180	761	390.745	8.414	14.441	7.892	2.729	2.249	1.738	9.593	438.562	20,1	535.338	21,2
181 a 360	603	357.506	8.024	18.881	5.957	2.457	2.259	1.939	21.243	418.869	19,2	491.464	19,5
Acima de 360	336	99.467	3.120	32.960	3.623	1.490	1.616	1.812	92.573	236.997	10,9	172.548	6,8
Subtotal	3.161	1.821.580											

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2017	%	2016	%
Setor Privado	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0
Pessoa Física.....	2.871.915	95,7	3.709.261	99,3
Serviços.....	91.554	3,1	5.127	0,1
Indústria.....	35.419	1,5	18.646	0,5
Comércio.....	1.609	0,1	3.079	0,1
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	-	-	1.130	-
Total	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0

f) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	2017							2016	
	Curso anormal			Curso normal			%	Total	%
	Vencidas	Vincendas	Total - curso anormal	Total	Total				
AA.....	-	-	-	3.161	3.161	0,1	3.621	0,1	
A.....	-	-	-	1.821.580	1.821.580	60,7	2.176.289	58,2	
B.....	25.043	64.470	89.513	40.394	129.907	4,4	171.867	4,6	
C.....	31.318	45.756	77.074	95.382	172.456	5,7	206.285	5,5	
Subtotal	56.361	110.226	166.587	1.960.517	2.127.104	70,9	2.558.062	68,4	
D.....	34.791	33.295	68.086	32.468	100.554	3,4	121.531	3,3	
E.....	36.612	26.486	63.098	11.671	74.769	2,5	109.608	2,9	
F.....	36.045	20.939	56.984	10.112	67.096	2,2	98.231	2,6	
G.....	36.868	17.572	54.440	8.611	63.051	2,1	92.095	2,5	
H.....	337.408	74.527	411.935	155.988	567.923	18,9	757.716	20,3	
Subtotal	481.724	172.819	654.543	218.850	873.393	29,1	1.179.181	31,6	
Total geral	538.085	283.045	821.130	2.179.367	3.000.497	100,0	3.737.243	100,0	
%.....	17,9	9,4	27,4	72,6	100,0				

Nível de Risco	2017							2016		
	% Mínimo de provisionamento requerido	Específica			Total		Excedente	Existente	Total	%
		Vencidas	Vincendas	Total específica	Genérica	Total				
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	-	-	-	9.108	9.108	1	9.109	20.675	2,0
B.....	1	250	645	895	404	1.299	16	1.315	5.070	0,5
C.....	3	940	1.373	2.313	2.861	5.174	613	5.787	20.525	1,9
Subtotal		1.190	2.018	3.208	12.373	15.581	630	16.211	46.270	4,4
D.....	10	3.479	3.329	6.808	3.247	10.055	4.632	14.687	36.399	3,4
E.....	30	10.984	7.946	18.930	3.501	22.431	31.064	53.495	54.749	5,2
F.....	50	18.023	10.469	28.492	5.057	33.549	33.535	67.084	68.712	6,5
G.....	70	25.808	12.300	38.108	6.027	44.135	18.909	63.044	92.049	8,7
H.....	100	337.408	74.527	411.935	155.988	567.923	-	567.923	757.716	71,8
Subtotal		395.702	108.571	504.273	173.820	678.093	88.140	766.233	1.009.625	95,6
Total geral		396.892	110.589	507.481	186.193	693.674	88.770	782.444	1.055.895	100,0
%.....		50,6	14,1	64,7	23,8	88,7	11,3	100,0		100,0

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Saldo inicial	1.056.414	651.577
- Provisão específica (1).....	789.110	628.573
- Provisão genérica (2).....	146.014	22.669
- Provisão excedente (3).....	121.290	335
Constituição (líquida de reversões)	730.812	1.252.067
Baixas para prejuízo.....	(1.004.782)	(847.730)
Saldo final	782.444	1.056.414
- Provisão específica (1).....	507.481	789.110
- Provisão genérica (2).....	186.193	146.014
- Provisão excedente (3).....	88.770	121.290
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	192.684	100.477

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

(4) Classificados em receitas de operação de crédito.

h) Despesa de PDD líquida de recuperações

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Constituição.....	(730.812)	(1.252.067)
Recuperações.....	192.684	100.477
Despesa de PDD líquida de recuperações	(538.128)	(1.151.590)

8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A composição dos saldos de outros créditos e outras obrigações diversas está demonstrada como segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos e créditos a receber (Nota 7a).....	917.677	1.183.231
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 22c).....	525.456	566.288
Devedores por depósitos em garantia.....	270.465	314.134
Impostos e contribuições a compensar.....	5.706	11.116
Outros.....	14.478	40.996
Total	1.733.782	2.126.800

9) IMOBILIZADO EM USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação	
				2017	2016
Edificações.....	4%	1.571	(1.202)	369	481
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	11.404	(5.080)	6.324	7.204
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	1.084	(426)	658	1.019
Sistemas de processamento de dados.....	20%	1.892	(1.019)	873	826
Total em 2017		15.952	(7.727)	8.225	
Total em 2016		16.548	(7.018)	9.530	

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *softwares* e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2017 apresentava o valor de custo líquido de amortização de R\$ 747 mil (2016 - R\$ 1.280 mil).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais teses são:

a) IRPJ/CSLL - Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da Contribuição social sobre Lucro Líquido (Lei nº 8981/95, artigos 42 e 58) no montante de R\$ 61.053 mil (2016 - R\$ 59.168 mil); e

b) PIS - Base de cálculo - EC 10/96 e EC 17/97 - Pleiteia calcular e recolher o PIS nos períodos de junho/96 a junho/97 e fevereiro/98 a dezembro/99, conforme LC 7/70, no montante de R\$ 16.676 mil (2016 - R\$ 15.772 mil).

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício de 2017	102.798	25.004	97.983
Constituições líquidas de reversões.....	12.207	11.334	152
Atualização monetária.....	3.690	1.381	3.786
Baixas por pagamentos.....	(7.120)	(14.353)	-
No final do exercício de 2017	111.575	23.366	101.921

(1) As provisões Fiscais e Previdenciárias referem-se substancialmente à Obrigações Legais

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

1) IR/CSL - Autuação fiscal sem considerar os pagamentos postergados do tributo, relativa à trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais (Lei nº 8981/95, artigo 42), no montante de R\$ 82.294 mil (2016 - R\$ 77.606 mil); e

2) Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS lançada após o trânsito em julgado favorável em processo judicial que discutiu a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as decorrentes do faturamento (Lei nº 9718/98), no montante de R\$ 72.964 mil (2016 - R\$ 67.813 mil).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Losango são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

12) DEPÓSITOS

a) Composição:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017		2016	
					2017	2016	2017	2016
Depósitos:								
- À Vista.....	19.755	-	-	-	19.755	17.450		
- Interfinanceiros.....	15.188	43.458	1.067.173	18.203	1.144.022	2.647.359		
Total em 2017	34.943	43.458	1.067.173	18.203	1.163.777			
%.....	3,0	3,7	91,7	1,6	100,0			
Total em 2016	186.840	508.728	930.610	1.038.631		2.664.809		
%.....	7,0	19,1	34,9	39,0		100,0		

b) Despesas com operações de captação do mercado

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Depósitos interfinanceiros.....	204.370	364.480
Total	204.370	364.480

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher.....	9.663	11.690
Provisão para tributos diferidos.....	4.370	34
Total	14.033	11.724

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Lojistas a pagar (1) (3).....	328.616	359.030
Valores a pagar - cartão de crédito.....	154.666	207.568
Provisão para contingências trabalhistas.....	111.574	102.798
Provisão para contingências fiscais (2).....	103.692	97.983
Provisão para pagamentos a efetuar.....	47.240	48.929
Provisão para contingências cíveis.....	23.366	25.004
Provisão para benefícios trabalhistas.....	3.471	3.393
Valores a pagar empresas ligadas.....	1.070	2.446
Outros.....	51.589	48.570
Total	825.284	895.721

(1) As obrigações com lojistas referem-se as operações de financiamento de terceiros para compra de bens, incluindo compras com cartões híbridos e *private label*;

(2) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas"; e

(3) Conforme Carta Circular nº 3.828/17 do Bacen, que altera a contabilização em arranjos de pagamentos (Operações com cartão de crédito), parte destas operações foram em dezembro de 2017, classificadas na rubrica "Relações Interfinanceiras", no montante de R\$ 224.915 mil.

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição do capital social

	Quantidade de ações ordinárias		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Em 1º janeiro de 2017.....	67.507	481.996	481.996	481.996
Aumento de capital (1).....	4.821.839	1.280.000	1.280.000	1.280.000
Em 31 de dezembro de 2017.....	4.889.346	1.761.996	1.761.996	1.761.996

(1) Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 20 de outubro de 2017, a Bradesco Cartões aumentou capital social do Banco Losango, no valor de R\$ 1.280.000 mil, mediante a emissão de 4.821.839 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

c) Reserva de lucros

A Reserva Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal de 2017, foi utilizada para absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Reserva Estatutária visa a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade. Em 2017, o saldo de reserva estatutária foi utilizado para absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em 2017 não houve destinação de lucros, uma vez que o lucro líquido do período no montante de R\$ 73.163 mil foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de anuidade.....	110.573	105.902
Rendas de tarifas bancárias.....	40.476	37.261
Rendas de serviços prestados a ligadas.....	26.572	23.349
Rendas de outros serviços.....	24.623	14.296
Rendas de serviços diferenciados - PF.....	111	115
Total.....	202.355	180.942

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	98.412	159.455
Benefícios.....	47.124	32.752
Encargos sociais.....	30.442	31.888
Despesas de remuneração de estagiários.....	1.312	1.520
Treinamento.....	307	538
Total.....	177.598	226.153

(1) Inclui os efeitos do Plano de Desligamento Voluntário Especial (Nota 22d)

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços de terceiros.....	110.992	155.670
Serviços técnicos especializados.....	72.120	52.723
Comunicações.....	27.559	23.151
Processamento de dados.....	22.477	45.272
Aluguéis.....	14.374	15.402
Publicidade e propaganda.....	14.161	21.270
Transportes e viagens.....	9.496	6.283
Manutenção e conservação de bens.....	4.673	5.507
Material de expediente.....	2.600	4.095
Promoções e relações públicas.....	2.576	4.986
Despesas de depreciação e amortização.....	2.071	18.439
Serviços do sistema financeiro.....	1.827	60.267
Água, energia e gás.....	1.682	2.173
Outras.....	3.955	19.944
Total.....	290.562	435.182

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Despesas de contribuição ao COFINS.....	57.342	64.190
Despesas de impostos sobre serviço de qualquer natureza.....	14.347	9.026
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP.....	9.354	10.460
Impostos e Taxas.....	1.134	9.374
Total.....	82.177	93.050

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Outras receitas.....		
Rendas de créditos específicos.....	70.367	95.507
Reversão de provisões operacionais.....	32.707	77.375
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	18.961	24.714
Receitas de operações com cartão de crédito.....	14.521	24.797
Recuperação de encargos e despesas.....	6.011	6.876
Outras.....	549	536
Total.....	143.116	229.805

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Outras despesas.....		
Despesas de operações com cartões de crédito.....	70.876	73.060
Descontos Concedidos.....	38.957	42.192
Pagamento de comissões.....	38.802	56.168
Atualização de Provisões.....	35.791	69.228
Perdas Operacionais.....	29.088	18.721
Impairment de ativos intangíveis (1).....	-	270.388
Outras.....	15.718	7.330
Total.....	229.232	537.087

(1) Em 2016 houve o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável identificada para o controle de exclusividade com lojistas no montante de R\$ 270.388 mil.

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador (1)		Coligadas (1)	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Disponibilidades.....	6.810	34.604	-	689
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	611.371	-	-	113.606
Passivos				
Depósitos interfinanceiros.....	1.144.022	-	-	2.647.359
Outros passivos.....	-	-	93.446	2.446

	Exercício findo em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador (1)		Coligadas (1)	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de intermediação financeira.....	15.532	4.000	-	20.238
Receitas de prestação de serviços.....	26.572	3.834	-	19.515
Despesas de intermediação financeira.....	(204.370)	(87.619)	-	(276.839)
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	(467)	(4.841)	-	(8.765)

(1) Em 2016, o controlador do Banco Losango era o Banco Bradesco S.A. Conforme Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 13.2.2017, o Banco Losango passou a ser uma subsidiária do Banco Bradesco Cartões.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o estatuto; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2017 foi determinado o valor máximo de R\$ 1.600 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.600 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data do pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	1.080	766
Total.....	1.080	766

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.118	457
Total.....	1.118	457

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	119.835	(788.049)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(53.926)	354.022
Efeito no cálculo dos tributos:		
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis.....	321	(1.764)
Outros valores.....	6.933	(46.607)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(46.672)	306.251

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15 (Nota 3j).

b) Composição das contas de resultado com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(5.840)	(2.614)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias.....	(41.983)	247.721
Utilização dos saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal.....	(9.034)	-
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social.....	10.185	27.175
Prejuízo fiscal.....	-	33.969
Total dos ativos fiscais diferidos.....	(40.832)	308.865
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(46.672)	306.251

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Saldos em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldos em 31.12.2017
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	226.620	187.143	226.620	187.143
Provisões civeis.....	12.182	103	1.454	10.831
Provisões fiscais.....	31.993	1.587	3.215	30.365
Provisão trabalhista.....	40.902	24.952	21.401	44.453
Impairment de ativos intangíveis.....	106.129	-	11.882	94.247
Outros.....	30.042	37.759	28.955	38.846
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	447.868	251.544	293.527	405.885
Prejuízo fiscal/Base negativa de contribuição social.....	118.420	10.185	9.034	119.571
Total dos créditos tributários (Nota 8).....	566.288	261.729	302.561	525.456
Obrigações fiscais diferidas.....	34	4.346	10	4.370
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	566.254	257.383	302.551	521.086

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, e base negativa de contribuição social

Ano	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2018.....	81.169	64.935	57.150	62.421	265.675
2019.....	81.169	48.702	-	-	129.871
2020.....	81.194	48.716	-	-	129.910
Total.....	243.532	162.353	57.150	62.421	525.456

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 509.688 mil (2016 - R\$ 434.760 mil), sendo R\$ 391.531 mil (2016 - R\$ 335.940 mil) de diferenças temporárias; R\$ 118.157 mil (2016 - R\$ 98.820 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

A instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 4.332 mil (2016 - R\$ 34 mil) relativas a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 38 mil (2016 - R\$ 34 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 4.332 mil (2016 - R\$ 0 mil).

f) Créditos tributários não ativados

O Banco Losango possuía créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 27.315, devido a expectativa da realização da diferença temporária ser superior a 10 anos.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Benefícios a empregados

O Banco Losango mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio dos planos Losango Básico, Losango Suplementar e Losango Preamais. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente da avaliação atuarial do plano, com base no CPC 33 (R1):

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Fatores de riscos		
Taxa nominal de desconto.....	9,8% a.a.	11,1% a.a.
Taxa nominal de retorno mínimo esperado dos ativos.....	9,8% a.a.	11,1% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros.....	4,3% a.a.	4,8% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos.....	4,3% a.a.	4,8% a.a.
Taxa de inflação.....	4,3% a.a.	4,8% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral.....	AT 2000	AT 2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez.....	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada.....	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria.....	100% na 1ª elegibilidade	100% na 1ª elegibilidade
	a um benefício pelo plano	a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais do plano de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
(i) Obrigações com benefícios projetados:		
No início do exercício.....	49.717	-
Saldo de instituição adquirida.....	-	47.241
Custo do serviço corrente.....	34	17
Custo de juros.....	5.323	2.491
Contribuição do participante.....	-	-
Ganho/(perda) atuarial.....	3.081	2.167
Benefícios pagos.....	(5.333)	(2.199)
No encerramento do exercício.....	52.822	49.717

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:		
No início do exercício	54.526	-
Saldo de instituição adquirida.....	-	50.301
Rendimento esperado	7.515	3.017
Contribuições recebidas:		
Empregador.....	547	242
Empregados.....	-	-
Benefícios pagos.....	(5.333)	(2.198)
No encerramento do exercício.....	57.255	54.526

(iii) Posição do plano:

O plano apresenta situação superavitária de R\$ 4.433 mil (2016 - R\$ 4.810 mil).

O custo/(benefício) líquido do plano de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço.....	34	(14)
Custo de juros sobre obrigações atuariais.....	5.323	68.914
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(5.892)	(71.274)
Custo/(benefício) líquido do plano de pensão.....	(535)	(2.374)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual puderam aderir os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

e) Em janeiro de 2018, a Instituição realizou cessão de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios, no montante de R\$ 3.031.607 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 62.754 mil.

A DIRETORIA

Vinícius Panaro – Contador – CRC 1SP324844/O-6 S - RJ

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 15 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SPAndré Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sessentões são os consumidores mais conscientes no uso do cheque

Mesmo com facilidade de obter crédito, os consumidores da geração nascida entre 1946 e 1964 (os chamados "baby boomers") mostraram que têm o controle das finanças na ponta do lápis, especialmente quando se trata de compras parceladas. Pesquisa mensal da Telecheque, serviço desenvolvido pela MultiCrédito, mostra leve recuo na inadimplência do cheque para aquisição de produtos em todas as gerações. Em fevereiro, a taxa entre baby boomers ficou em 1,7%; geração X (nascidos do início dos anos 60 até o final dos anos 70), 2,5%, e Y (nascidos de 1980 até meados da década de 90), 4%, contrastando com os números do mesmo período do ano passado, quando os índices foram: baby boomers, 2%; geração X, 3%, e Y, 4,5%. "Favorecido por melhores condições no cenário econômico, com queda da inflação e redução da taxa básica de juros, o consumo tem registrado movimentação positiva no começo de 2018, e os indicadores com redução de inadimplência mostram esse comportamento, destaca Walter Alfieri, diretor de Crédito, Risco e BI da Multicrédito.

No Nordeste, a inadim-

plência do público feminino recuou 0,7% na inadimplência, com tíquete médio de R\$ 2.046. Em contrapartida, a inadimplência entre os homens manteve-se em 2,6%, como no mês anterior. No Norte, a inadimplência recuou 1,1% em relação ao índice de janeiro, mesmo com tíquete médio superior a R\$ 2.300. O maior consumo foi nos segmentos automotivo e de decoração.

Na Região Sudeste, o índice de inadimplência registrou leve queda, de 0,5%, e a taxa de pagamentos honrados com cheque manteve a média de 97%. Os segmentos automotivo, de materiais de construção e de alimentação lideraram o consumo no período. No Sul, o consumo em geral segue com baixo nível de inadimplência, com tíquete médio de R\$ 734. O público feminino reduziu em 0,6% os gastos, principalmente com alimentação e saúde.

Os consumidores do Centro-Oeste mantiveram a baixa inadimplência no período: os homens atingiram o índice de 3,2%, enquanto as mulheres totalizaram 2,9%.

Direitos

A maioria dos entrevistados (67%) na pesquisa da

Boa Vista SCPC de hábitos de consumo para o Dia do Consumidor - comemorado neste 15 de março - afirma conhecer um pouco ou não conhecer nada dos seus direitos enquanto consumidor. Já os que dizem conhecer razoavelmente bem representam 26% dos entrevistados, e os que conhecem muito bem 7%.

Ainda segundo a pesquisa da Boa Vista, feita com cerca de 800 entrevistados, em todo o Brasil, entre os meses de janeiro e fevereiro, também representam a maioria (61%) os consumidores que costumam reclamar sempre ou na maior parte das vezes, frente a um produto ou serviço com problema. Um crescimento de 5p.p. (pontos percentuais) em relação ao ano passado.

Já quando questionados onde reclamam em primeiro lugar na existência de algum problema, seja com relação a um serviço seja com relação a produto, 83% afirmaram fazê-lo diretamente com a própria empresa prestadora do serviço ou responsável pela venda do item.

Mas se por um lado há quem faz questão de reivindicar os seus direitos enquanto consumidor, há os que não fazem jus. Dos que reclamam apenas algumas vezes ou nunca recla-

mam, 46% não fazem por considerar o processo desgastante e muito demorado. Em 2017, 60% tinham essa impressão. Já 27% alegam que reclamar não resolve e outros 27%, coincidentemente, porque o processo é muito trabalhoso ou não sabem onde reclamar. Em 2017, 12% tinham deram esta resposta, um aumento de 15p.p.

A pesquisa também quis saber qual é a percepção dos consumidores entrevistados sobre as questões políticas e econômicas do país. 17% afirmam estar totalmente informados sobre os fatos que remontam estes temas. Em 2017, 28% tinham esta percepção. Os que se dizem informados em partes são 53% contra 57% em relação ao ano anterior. E os que se dizem pouco informados saltaram de 15% em 2017, para 30% nesta pesquisa mais recente.

Aproximadamente 34% dos respondentes residem no Sudeste. 71% têm renda média de R\$ 2.671,00. 40% possuem 25 anos ou mais. 51% estão empregados ou são funcionários públicos, e 42% fazem "bico" ou trabalho extra para complementar a renda mensal.

Natura anuncia atualização em uma de suas projeções

Em fato relevante divulgado na noite de quarta-feira (14) a Natura Cosméticos anunciou atualização em uma de suas projeções, a fim de alinhar o mercado em relação à expectativa de certos resultados da companhia.

A projeção atualizada refere-se ao prazo para atingimento do endividamento líquido da empresa (consolidado) que, anteriormente era dívida líquida de 1,4 vezes o EBITDA dos 12 meses anteriores, a 31 de dezembro de 2022, e que passa a ser dívida líquida de 1,4 vezes o EBITDA dos 12 meses anteriores, a 31 de dezembro de 2021.

"A atualização foi realizada com base no desempenho atual da empresa e, considerando, um sólido processo para revisão das premissas, tendências e cenários, de forma que a administração está confiante de que a Companhia pode atingir o nível de endividamento do período

prévio à aquisição da The Body Shop International Limited ("The Body Shop") já em 2021, antecipando em um ano a projeção original", acentua João Paulo Brotto Ferreira, Diretor Presidente Financeiro e de Relações com Investidores.

As demais projeções anteriormente divulgadas, quais sejam, EBITDA e margem EBITDA da The Body Shop permanecem as mesmas e a administração está confiante nas premissas e no desempenho deste negócio para cumprir tal compromisso.

"Vale ressaltar que as premissas, o período projetado e o prazo de validade das projeções divulgadas pela Companhia também permanecem as mesmas, com exceção do período projetado para o endividamento líquido da Companhia (consolidado) que passou de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2021, conforme indicado acima", finaliza Brotto.

Monitor Mercantil
O melhor preço
para matéria legal